

1 Ata da reunião ordinária nº 1471 do
2 Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de Londrina
4 - UEL, realizada no dia 25 de
5 novembro de 2020.

6 No dia 25 de novembro, do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas
7 e trinta minutos, na sala virtual [Link https://meet.google.com/xoc-ujvt-muy](https://meet.google.com/xoc-ujvt-muy),
8 em razão do isolamento social, decorrente da pandemia de
9 coronavírus, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de
10 Administração, sob a presidência do Reitor, Prof. Dr. Sérgio Carlos de
11 Carvalho, com a presença do Vice-Reitor, Prof. Dr. Décio Sabbatini
12 Barbosa e dos seguintes conselheiros: Viviane Bagio Furtoso, Paulo
13 César Meletti, Silvano César da Costa, Tânia Lobo Muniz, Airton José
14 Petris, Rogério Zanetti Gomes, José Roberto Pinto de Souza, Eloisa
15 Rodrigues, Leandro Ricardo Altimari, Denilson Porto, Itamar Rodrigues
16 Nascimento, Amauri Alcindo Alfieri, Mara Solange Gomes Dellaroza,
17 Mário Sérgio Mantovani e Maria Elisa Cestari. Convidados: Neide
18 Zaninelli, Gilson Bergoc, Helion Leão Lino Júnior, Vivian Feijó, Betty
19 Elmer, Luiz Buzetti, Pedro Livoratti, Rafael Fujita, Érika Dmitruk, Miguel
20 Ethinger, Alberto Durán Gonzáles, Lisiane Freitas de Freitas e Sirlei
21 Mariano Ferreira. **I. ORDEM DO DIA - 1) Discussão e votação da ata**
22 **da reunião nº 1468.** Em regime de discussão. Aprovada por
23 unanimidade. **2) Processo 10633/2020 - Recomendação Referente**
24 **Horas Extras. Relatores: Reitor Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho**
25 **e Me. Itamar André Rodrigues do Nascimento** – O Prof. Sérgio inicia
26 o relato dizendo que desde o ano passado a Comissão de Política
27 Salarial - CPS tem se recusado a aprovar as horas extras praticadas e
28 no final do primeiro semestre de 2019, fez uma solicitação para que nós
29 procedêssemos com uma redução de 10% do montante de horas extras
30 e assim nós fizemos, o que gerou nova cota de horas extras para todas
31 as unidades. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE analisou
32 nossas horas extras feitas em 2019 e recomenda que tenhamos
33 autorização prévia da CPS. Resolvemos atender a esse pedido e
34 passamos a pedir a autorização, a cada trimestre. No dia 26 de janeiro,
35 fizemos a solicitação das horas extras do primeiro trimestre. Seguimos
36 com o mesmo procedimento para os quatro trimestres. Recebemos da
37 SEFA, a resposta do primeiro trimestre somente em julho, ou seja, após
38 os dois primeiros trimestres. A negativa do segundo trimestre chegou
39 antes da negativa do primeiro. A negativa do terceiro trimestre chegou
40 sexta-feira (20 de novembro de 2020). Respondemos uma a uma,
41 faltando apenas um item, que consideramos que o próprio Estado já
42 tem essa informação, acerca da comprovação de que não tínhamos

1 recursos próprios para pagar as horas extras. Então, PROPLAN e
2 PROAF fizeram uma justificativa muito completa, com vários dados,
3 comprovando que não temos condições de arcar com esses
4 pagamentos. E, mesmo assim, veio a negativa do terceiro trimestre. As
5 outras IES ainda não receberam nenhuma resposta dos pedidos,
6 porque fizeram a solicitação para o ano todo e não por trimestres. Nós
7 dependemos das horas extras, especialmente nesse momento de
8 pandemia. HU precisa das horas, HV necessita das horas, aliás, o HV
9 não parou nesse período, é comovente o trabalho que eles têm feito. E
10 assim a COU, Clínica Psicológica, e o próprio Campus. No sábado de
11 manhã, mandei mensagens para os deputados Thiago Amaral e
12 Tercílio Turini. Liguei para a Lúcia da 17ª Regional de Saúde. Mande
13 mensagem para o Secretário de Estado da Saúde Beto Preto,
14 ressaltando o prejuízo para a Saúde do Estado se houvesse o corte
15 dessas horas extras. Oficiei a ambos e informei que faríamos essa
16 reunião hoje. Pedi apoio também para o Secretário Municipal de Saúde,
17 Dr. Felipe e que nos ajude a essa movimentação política, uma vez que
18 isso trará grande impacto para a saúde do município. Conversei
19 também com membros da Sociedade Civil, e que nos ajudassem a
20 pressionar a Secretaria de Fazenda, e que nossas demandas sejam
21 encaminhadas à CPS, porque nossos documentos nem chegam até à
22 Comissão, já param na SEFA e esta já envia as negativas. A UEL é
23 vítima nesse processo, a SEFA ainda não entendeu que esses serviços
24 são essenciais para a região. Não é a UEL que está cortando as horas
25 extras, é a SEFA que está tomando essa ação. Oficiamos a Dra.
26 Susana também que procurou o presidente do Ministério Público
27 Estadual, da Procuradoria de Justiça, Dr. Gilberto Giacoia, para
28 amanhã (26/11/2020), ele quer nos ouvir. A PJU já elaborou um recurso
29 para enviarmos ao TCE. Pedimos apoio ao Aldo e ele conseguiu uma
30 reunião com a CPS e os reitores na próxima terça-feira, dia 01 de
31 dezembro de 2020. Após os ofícios enviados, já percebemos uma
32 movimentação positiva. Itamar complementa que a forma como o
33 decreto expressa, como temos que pedir as horas extras, era
34 tecnicamente impossível, uma vez que o pedido de autorização prévia
35 é difícil de prever, pois se trata de horas extraordinárias. Mesmo assim,
36 fizemos a previsão a cada trimestre e as respostas demoram meses
37 para chegar, sempre após a execução. É um processo que vai e volta
38 e as horas precisam ser realizadas. Fizemos a descrição do orçamento,
39 e que estava previsto na LOA. O parecer da PROPLAN comprovou que
40 há orçamento previsto em lei para o pagamento dessas horas extras.
41 Perdemos um tempo grande respondendo a esses processos, para, ao
42 final, seguirem com as negativas. Se pegarmos a parte dispositiva em

1 que a SEFA nega, é sobre a pandemia, que a arrecadação caiu, porém,
2 no primeiro trimestre, não há que se falar em crise pandêmica, haja
3 vista que começamos a crise no final de março. Em 2012, fazíamos
4 600mil horas extras, hoje, praticamos pouco mais de 200mil horas, com
5 pandemia. Tivemos uma redução significativa. As horas extras só
6 existem em razão da falta de funcionários. Prof. Gilson – na PCU, por
7 exemplo, a redução de pessoal está tão grande que, mesmo se
8 quiséssemos aumentar o número de horas extras, não teríamos
9 condições, pela falta de servidores. Denilson – quando se comenta que
10 o tema vem sendo discutido nesse Conselho há um determinado
11 tempo, confesso que recebi com surpresa esse processo, porque no
12 último C.A, havia sido informado que no ano que vem (2021),
13 possivelmente viria à pauta a proposição de corte de horas, na primeira
14 reunião do C.A. Quando recebeu esse processo, para uma reunião
15 extraordinária, queria saber se houve algum fato novo. Prof. Sérgio –
16 sim, houve a recomendação do Tribunal de Contas que está no
17 processo, sob pena de improbidade administrativa, e futura tomada de
18 contas. Eu não posso dizer que estou agindo de boa fé, a partir do
19 recebimento de uma recomendação de um órgão de fiscalização
20 externo. Outros reitores já foram multados. O reitor de Ponta Grossa
21 também recebeu essa recomendação e acatou. Então, houve, uma
22 mudança do patamar. Denilson – pelo o que entendeu pela carta do
23 TCE, houve um extrapolamento das horas previstas em lei. Havia uma
24 recomendação para ficar em 5 milhões/ano, ou seja, extrapolamos em
25 25%. A causa foi a extrapolação da cota? Prof. Sérgio – segundo o
26 TCE, o ano passado, os nossos gastos também estão passíveis de
27 tomada de contas e multas para os reitores. Alguns reitores já estão
28 recebendo as multas. A leitura do TCE é que não há aprovação para o
29 ano de 2020 para a realização das horas extras, porque hoje, dia 25 de
30 novembro, nós não recebemos a autorização para o pagamento das
31 horas extras de janeiro a novembro. O TCE pede que sigamos a
32 recomendação da CPS, porém, a CPS não nos respondeu, a SEFA
33 enviou as negativas. As horas extras realizadas no HU, por exemplo, a
34 CPS não autorizou. Temos que convalidar o que foi feito até o
35 momento, mas, a partir de agora, que eu recebi essa recomendação, e
36 não tendo a autorização da CPS, não tenho como autorizar a realização
37 das horas extras mais. Essa é a leitura. A Secretaria de Fazenda tem
38 denunciado os reitores ao MP/GEPATRIA, por estarmos horas extras
39 sem a prévia autorização da CPS. Se um órgão de controle externo
40 recomenda que eu siga a recomendação da CPS, se sigo pagando as
41 horas extras, já não estou agindo de boa-fé. Denilson – achei que
42 teríamos que nos adequar ao máximo estipulado pela CPS e não

1 suspender todas as horas. Pensei que era para adequarmos à redução
2 da redução de 10%. Prof. Sérgio – isso era referente ao segundo
3 semestre de 2019. Prof. Leandro – é um tema delicado. Estamos aqui
4 para tomar uma decisão. Especificamente do que o Denilson expôs,
5 concordo, em parte, porque me parece que o questionamento do TCE
6 é de seguirmos o que estava na ata da CPS, mas no despacho final, na
7 recomendação, muda um pouco do sentido, dando a entender que
8 como a CPS não tem feito as devidas autorizações, não temos
9 autorização para realizar as horas extras desde o início do ano. A
10 questão posta aqui não é o quantitativo de horas, a questão é nós não
11 temos a autorização da CPS para fazermos mais as horas extras e é
12 isso que temos que buscar tentar reverter e isso o reitor já tem feito. Se
13 essa situação não chegar no Governador, não vamos resolver. O
14 Governador precisa ser incomodado de alguma forma. A questão é
15 técnica. Se não temos autorização para fazer, não vamos praticar as
16 horas extras. Não posso planejar o uso dessas horas, não posso
17 programar essas horas, terei que trabalhar com o quantitativo de RH
18 que temos hoje e isso implicará em redução de serviços em todas as
19 unidades. E isso é uma questão operacional, vou reduzir a minha
20 capacidade de atendimento, por falta de pessoal. Esse problema deixa
21 de ser nosso, e vai para o Governo do Estado, se ele quiser os
22 atendimentos atuais, no HU, COU e mesmo no campus, caberá a ele
23 reverter essas recomendações. Essa é uma ação que implica em uma
24 decisão de suspender as horas e operacionalmente deixar de atender
25 alguns serviços. As tratativas políticas têm o seu momento e nós não
26 suportamos mais conduzir as atividades, assumindo as
27 responsabilidades, inclusive judiciais frente aos órgãos de controle, por
28 causa de falta de comprometimento do Governo do Estado. Haveria
29 necessidade de tomarmos providências para sinalizarmos que, a partir
30 de determinada data, em razão da inviabilidade das horas extras,
31 determinar um prazo e a partir daí, se não houver a devida autorização,
32 vamos trabalhar com a nossa capacidade operacional, com o que é
33 possível fazer, mesmo que isso implique em redução de serviços. Prof.
34 Sérgio – nossa preocupação não é nem a multa, mas, sim a lei de
35 improbidade administrativa que o TCE citou nessa recomendação.
36 Citou a lei orçamentária do ano passado, a desse ano tem o mesmo
37 artigo, então, esse é o nosso objeto. Prof. Paulo – ninguém quer ser
38 condenado por atos que possam ser considerados ilegais, no entanto,
39 as horas extras são necessárias e sempre serão, contratação de
40 funcionários também não extingue as horas extras, a exemplo das
41 ações que acontecem sem previsão, a exemplo dos enxames de
42 abelhas Africanas que tivemos no campus agora, o Prof. João Zequi foi

1 lá retirar, não é função dele, mas, foi lá para retirar antes que ferisse
 2 alguém, mas, esse serviço não se pode fazer sozinho, então, levou um
 3 servidor para ajudar, e isso acaba gerando horas extras. Dizer que uma
 4 ala do HU vai fechar é difícil, a gente pode fazer isso, pode, mas, será
 5 que não responderemos judicialmente por isso também? Claro que não
 6 devemos permitir abusos na realização das horas extras. A CPS não
 7 autorizou, ou não respondeu? A UEL pode acionar o MP em razão de
 8 uma não resposta, porque a não resposta é diferente de uma resposta
 9 negativa. O não pagamento de horas extras certamente gerará passível
 10 trabalhista, porque os servidores não deixarão de realizá-las, para não
 11 prejudicar os serviços da Universidade. Prof. Sérgio – se o MP entrar
 12 com uma ação de improbidade administrativa contra nós, venceremos
 13 essa ação, mas, isso leva 10 anos, e isso vai nos separar da
 14 universidade, nós teremos que nos defender por nós mesmos, sem o
 15 apoio jurídico da UEL. A realização das horas extras se dá diante de
 16 atividade de relevante interesse público e as nossas ações se
 17 enquadram perfeitamente nesse quesito. Hoje é visível para a
 18 sociedade que nós estamos atendendo a relevante serviço público
 19 emergencial, principalmente agora em período de pandemia. Prof.
 20 Paulo – qual é a garantia que de fato não faremos as horas extras. Tem
 21 gente que não consegue simplesmente deixar de fazer o serviço. O
 22 servidor que deixa de limpar o biotério no recesso, sabe que em dois
 23 dias as fêmeas matam os filhotes, então, pela responsabilidade que tem
 24 com os projetos e pesquisas que levam anos, esse servidor vai até lá e
 25 vai realizar o serviço, então, isso pode gerar um passível trabalhista. A
 26 minha pergunta é se não temos como fazer um movimento contrário,
 27 de mover uma ação, por exemplo? Prof. Amauri – quando se fala em
 28 horas extras, muitos questionam, e já ouviu de pessoas de fora da
 29 Universidade que a UEL faz muitas horas extras e sem controle, essa
 30 é a visão de que a sociedade tem de nós. Qual foi o nosso último
 31 concurso de servidor? quantos se aposentaram? quantos faleceram? A
 32 cada dia tem mais trabalho em todas as áreas e isso precisa ser
 33 mostrado para a sociedade. Na imprensa só sai aumento de horas
 34 extras, não se falam nos serviços atendidos. Itamar – o último concurso
 35 foi em 2015 e não houve nomeação. A última nomeação pelo governo
 36 se deu em 2013. Prof. Amauri – e nós estamos mantendo os trabalhos,
 37 aliás, estamos ampliando serviços. Chegamos no limite. Prof. Silvano –
 38 o problema está posto e qualquer decisão terá implicações. Entende
 39 que a hora extra é algo extraordinário e não algo programável e
 40 analisando os dados, percebe-se que alguns servidores realizam todos
 41 os meses com as mesmas horas extras, mas, hoje, a gente consegue
 42 programar as horas extras, pela falta de funcionários. Poderemos ter

1 novas tratativas, encaminhar ofícios, mas, talvez seria o caso da reitoria
2 programar uma audiência pública, mas, que as autoridades precisam
3 estar presentes, o secretário de Saúde, o Aldo, o TCE, e até mesmo o
4 Governador. Prof. Sérgio – enviamos todos os ofícios necessários,
5 conversei com as entidades da sociedade civil, temos uma audiência
6 com o dr. Giacoia e temos a reunião com a CPS na terça-feira. Prof.
7 Silvano – seria interessante fazer uma reunião conjunta, inclusive com
8 o Conselho de Administração para entendermos qual é o problema com
9 as universidades e essa audiência poderia ser gravada, inclusive. A
10 minha sugestão é marcar uma audiência pública, com a exposição dos
11 trabalhos que deixariam de ser realizados sem as horas extras. A
12 questão da comissão seria o caso de já fazermos o trabalho
13 internamente. A comissão propor alternativas para essas horas extras.
14 E insisto na realização dos vídeos para mostrar a nossa realidade para
15 a sociedade. Precisamos preparar esse material em defesa da
16 universidade. Profa. Tania – a minha preocupação é a mesma que
17 externei na reunião passada. Não temos autorização para nada. A
18 segunda proposta, de fazer uma audiência pública, penso ser boa,
19 porém, não acredita que essas autoridades aceitariam participar de
20 uma audiência pública dessa proporção, se temos dificuldades até para
21 ter acesso para agendar uma reunião. São duas escolhas, manter, sem
22 autorização, ou suspender. Temos mantido as horas extras às custas
23 da saúde do trabalhador. Estamos trabalhando excessivamente e ainda
24 não conseguimos fazer a manutenção necessária do campus, chega
25 ao ponto da PCU ter que escolher qual calha limpar, escolher qual sala
26 limpar, fora o problema da dengue que é grave. Temos uma
27 universidade sucateada, colocamos a nossa saúde em risco, porque
28 estamos vindo trabalhar e mesmo assim seguimos sendo questionados
29 pelos órgãos externos. Nos sobrou pensar se isso vale a pena. A profa.
30 Marta, na PROGRAD, suspendeu o turno da noite, a PROPPG
31 suspendeu parte do horário de atendimento, por falta de pessoal. Há a
32 necessidade de quantificarmos e precificarmos os serviços que
33 prestamos para a sociedade. Precisamos mostrar que nós somos
34 baratos. Precisamos mostrar para o Estado que a hora extra não é cara.
35 Os mais atingidos serão o HU e HV, mas, precisamos, em algum
36 momento, levar o problema ao Governo do Estado, nós estamos
37 levando o ônus e o governador os louros. Precisamos mudar esse
38 cenário. Prof. Silvano – concordo com a Profa. Tania, mas, se fizermos
39 uma audiência, levando a imprensa, compartilhamos o problema, se
40 não fizermos isso a conta vai estourar na parte mais fraca, que somos
41 nós. Prof. Sérgio – o jornalista Fabio Silveira nos procurou, eu concedi
42 a audiência e o que ele disse foi exatamente o que passamos, que no

1 passado havia a realização de 600 mil e hoje estamos com pouco mais
2 de 200mil. Prof. Amauri – a Profa. Tania disse da precarização e
3 sucateamento, quando a gente entra no campus, já temos um rumo,
4 agora, vim sábado, pela Castelo, quando você começa olhar o campus,
5 a coisa está horrível, e não é culpa do Gilson, é a falta de funcionários.
6 A situação do campus está terrível. Se chegarem em um sábado e
7 domingo, e pensarmos que um dia ele foi modelo, hoje, estamos
8 sofrendo com a manutenção por falta de servidores. Prof. Sérgio – o
9 futuro é não termos mais horas extras, porque boa parte desses
10 servidores são extintos ao vagar. Prof. Paulo – quando o Silvano citou
11 a possibilidade de uma audiência pública, é um assunto que não chama
12 a população externa, não é atrativo, só tem impacto para o ambiente
13 interno, se colocamos o tema: “a UEL irá parar”, se a gente mobilizar a
14 sociedade e a imprensa, a gente consegue reverberar para o Estado
15 inteiro, a exemplo do Paraná sem agrotóxicos que ocorreu aqui no Cyro
16 Grossi. Prof. Airton – não temos uma política de RH que dê condições
17 às universidades de manter a qualidade dos serviços. Há várias tarefas
18 que temos feito, uma vez que já cortamos muito das horas extras. O
19 que temos que tomar aqui hoje é uma decisão administrativa. Em tese,
20 não podemos deixar de pagar esses servidores. O que pode acontecer
21 conosco é uma multa que poderá vir referente às horas extras do ano
22 passado e dos três primeiros trimestres e com o risco de improbidade
23 administrativa, e todos nós aqui, inclusive, poderemos ficar, nesse
24 último caso, enquanto nos defendemos, ficar sem desempenharmos
25 nossas atividades de gestão, o que seria um problema para a
26 Universidade. Não teremos mais contratações. Mesmo que autorizarem
27 as horas extras, não temos como ampliar, em razão de que não temos
28 servidores para realizar. Sugestão de encaminhamento, é uma decisão
29 administrativa, avaliar o que deixaremos de fazer o ano que vem sem
30 as horas extras. E quando vierem pedir ao HU para ampliarmos leitos
31 e qualquer outro serviço, teremos que negar, porque o ônus fica todo
32 para nós. E como esse tema chegou até a imprensa? Seria importante
33 termos essa informação. Prof. Miguel – do ponto de vista do que a lei
34 determina, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a realização de serviços
35 extraordinários deve ser precedida de autorização da CPS. Nós temos
36 um APA, no qual a 7ª inspetoria nos oficia com o ofício 204/2020 que
37 recomenda que a gente siga a recomendação da Lei citada. Essa
38 recomendação vai para o Tribunal Pleno que pode homologar, ou não,
39 virá um novo APA, perguntando se vamos cumprir ou não. Se não
40 cumprirmos abre-se uma tomada de contas, passível de multa. Sem
41 resposta é diferente de resposta negativa. A não autorização expressa
42 é mais forte do que uma negativa, se não há resposta ainda, significa

1 que não temos autorização para a realização. O passível fica com a
2 UEL? Se realizarmos as horas extras sem autorização, temos uma
3 ilegalidade e abre-se a possibilidade de improbidade administrativa. Se
4 autorizamos a realização das horas extras e não pagarmos, gera uma
5 outra ilegalidade, com passível trabalhista e abre-se a possibilidade de
6 a Justiça bloquear os nossos recursos. Parte da hora extra que foi
7 cortada está sendo suprida com o chamamento público, mas, não tem
8 dado conta. Prof. Paulo – pela fala do Miguel, temos que negar as horas
9 extras, então? Pensando no caso das abelhas, a gente não deve
10 permitir, é isso? Hoje, um trabalho que é essencial, pode virar uma ação
11 trabalhista. O funcionário, em caso emergencial, o servidor vai, mesmo
12 em um domingo, às vezes a gente nem fica sabendo. Prof. Miguel –
13 nenhum serviço pode ser autorizado com horas extras. Prof. Sérgio – o
14 que pesa não são essas horas, uma emergência que se atende, como
15 no caso das abelhas. O montante está no nosso cotidiano, com essas
16 horas que estão postas, com o HU e outras unidades. Prof. Airton – o
17 chamamento muda de patamar, faz parte da desconstrução da política
18 de recursos humanos. A Vivian tem se desdobrado para pagar essas
19 horas. O chamamento joga no colo da universidade a fonte de
20 pagamento. Prof. Sérgio – não é novidade que a 7ª Inspeção do TCE
21 focou na folha de pagamento das universidades estaduais do Paraná e
22 estabeleceu como meta reduzir a folha de pagamento dessas IEES,
23 nosso primeiro enfrentamento foi com as horas extras. O entendimento
24 deles é que não poderíamos pagar 100% aos domingos e feriados,
25 procurei todos os reitores, nenhuma universidade pagava 100%, quem
26 usa esse percentual é a SESA. Se eu tiver dois servidores trabalhando
27 no domingo, na mesma função, no mesmo trabalho, o servidor da SESA
28 ganha 100%, e o nosso ganha 50%, porque isso está na Lei. Tomei a
29 decisão de cortar, porque não há legalidade. Depois veio o Tide
30 Administrativo e nós temos combatido, desde quando o Leandro era
31 pró-reitor. Depois veio o plantão de sobreaviso e a incidência de férias
32 e 13º, não tenho convicção de que o TCE esteja certo, mas, temos que
33 cumprir a recomendação, e buscar judicialmente a defesa para manter
34 a base de cálculo que historicamente vem sendo paga. Fizemos uma
35 reunião com a 7ª Inspeção e relatamos que daremos combate
36 judicialmente. Expressamos que não concordamos, vamos suspender
37 preventivamente, mas, vamos judicializar. O processo de hoje é apenas
38 mais um caso. Virão outros. Estamos dando combate, são ações muito
39 complexas. A universidade não está parada, o nosso Jurídico está
40 trabalhando muito. A APIESP contratou um advogado para fazer frente
41 ao Tide Administrativo e a Lei de Cargos. Nesse caso aqui há uma
42 negativa da SEFA de pagar as horas extras, por isso, penso que

1 devemos suspender, a partir de uma data. Eu defendo que seja a partir
2 do dia 16 de dezembro de 2020, porque dá tempo das unidades se
3 ajustarem. Terça-feira teremos a reunião com a CPS. A partir do dia 22
4 de dezembro de 2020 a 7 de janeiro de 2021, não pagamos horas
5 extras, em razão do recesso, então, é praticamente suspender para o
6 ano que vem. Se fizermos uma costura política para realizarmos uma
7 audiência pública, mas, só conseguiremos se tivermos objetivado o
8 problema. Quando chegar pelo dia 18 de dezembro, não vamos
9 encontrar deputado nenhum, janeiro é um mês morto e já temos que
10 programar as horas extras do primeiro trimestre, porque a Vivian
11 precisa planejar as escalas do hospital. O TCE diz que precisamos
12 seguir a CPS, a SEFA nega os nossos pedidos trimestrais das horas
13 extras. Diante da negativa da SEFA a UEL suspende a realização de
14 horas extras a partir de 16 de dezembro, para dar tempo das unidades
15 se ajustarem. Haverá um peso muito grande sobre o HU, mas, saúde
16 também é a COU, é HV, e é o próprio campus. Precisamos pontuar
17 quanto de servidores precisaremos para o ano que vem. Nosso
18 problema não são as horas extras, é não ter servidor. Podemos pensar
19 em fazer uma audiência pública até o dia 12 de dezembro, com tempo
20 para articular e garantir a presença das autoridades, mas, se o
21 problema se resolver semana que vem, já se perde o objeto. Nós somos
22 vítimas desse processo. Precisamos nos fazer entender que o
23 problema é também do Governo. Cada um de nós precisa nos fazer
24 entender que a UEL é vítima nesse processo. Denilson – o hospital de
25 retaguarda que foi aberto em junho, algumas atividades estão sendo
26 cumpridas integralmente com horas extras. Quando tomamos uma
27 decisão nesse nível de intensidade, implica em fecharmos as portas
28 para esses serviços, não teremos motoristas de ambulâncias para
29 transportar os pacientes, não teremos os resultados de exames com a
30 celeridade que temos e que ajuda na liberação dos leitos. Não posso
31 concordar com isso. Sei que a repercussão será devastadora para a
32 direção do HU. Compreendo a articulação que está sendo feita, mas,
33 não posso concordar com essa decisão. Prof. Sérgio – é importante ter
34 clareza que quem está cortando as horas extras não é a administração
35 da UEL, mas, sim a SEFA, é importante que vocês tenham essa
36 compreensão. Precisa ter a lealdade de indicar dentro do hospital
37 universitário que quem está proibindo as horas extras é a Secretaria de
38 Fazenda e já estamos olhando para o ano que vem. Todos nós aqui
39 precisamos levar essa informação nos seus espaços. Fabiano –
40 entendo o Denilson, mas, estou com uma visão contrária, eu sou da
41 recepção, eu faço hora extra, já fui até no sindicato buscar informação,
42 nós não podemos abandonar o serviço, mesmo com o corte das horas

1 extras. Essas informações precisam chegar dentro do hospital. Porque
2 o que chega é que a Vivian corta algumas horas, mas, permite outros
3 fazerem, há técnicos que realizam 60h de horas extras. Não dá para
4 levar informações só para o docente, mas, levar para os servidores
5 também. Precisamos de um comunicado oficial, nem que seja um
6 jornalzinho com a fala do reitor. Se a Vivian me permitir, irei até o
7 hospital conversar com os servidores e explicar aos servidores essa
8 questão. Itamar – com todo o respeito a todas as falas, essa linha de
9 culpar a administração e a superintendência do HU é muito equivocada,
10 vamos desviar o foco para nós, quando o foco é no Governo do Estado.
11 Vivian – acima de qualquer auditoria, eu teria condições de fazer 120mil
12 horas, são menos 700 funcionários e estou trabalhando com 16mil
13 horas. Qualquer auditoria veria que estamos fazendo muito mais com
14 um número ínfimo de horas. Concordo com o Itamar que o foco nesse
15 momento é o Governo. Eu nem penso que esse problema não vá se
16 resolver nos próximos 15 dias. Essa mobilização vai validar as
17 estratégias administrativas que temos feito para o reconhecimento
18 dessas horas. É muito séria essa questão. O Governo do Estado tem
19 que ser inserido na solução desse problema. Eu estou fazendo todas
20 as tratativas políticas para resolver essa questão, a promotora sabe que
21 haverá uma desassistência à saúde, então ela está preocupada e
22 agindo para nos defender. É hora de socializar o problema com o
23 Estado, nos cobram um serviço de excelência e não nos dão condições
24 para esse serviço. A hora extra é fundamental porque é atribuída a um
25 profissional que já está treinado, não é alguém novo que ainda vai levar
26 um tempo para adquirir a expertise necessária. Propostas de
27 encaminhamento: suspender as horas extras; audiência pública mais
28 adiante. Prof. Leandro – Nossas horas estão regulamentadas, há
29 controle, não há nenhuma irregularidade. O fato de termos servidores
30 que fazem as mesmas horas todos os meses é porque não temos
31 funcionários, então, aquela pessoa precisa trabalhar todas as semanas
32 a mais, para não parar o serviço. O chefe da unidade precisa fazer
33 cumprir as regras, só isso. Não existe nenhum tipo de irregularidade.
34 Posso falar isso porque conheço o sistema. Em regime de votação:
35 Prof. Sérgio – diante da negativa da Secretaria de Fazenda em não
36 autorizar a Universidade Estadual de Londrina a realizar horas extras
37 e, mediante a recomendação do Tribunal de Contas do Estado do
38 Paraná de que a UEL só realize horas extras com a aprovação da CPS,
39 que o Conselho de Administração suspenda a realização das horas
40 extras a partir de 16 de dezembro de 2020, devendo as unidades se
41 adequarem à nova realidade, ainda que em prejuízo da realização das
42 atividades essenciais. A outra proposta é a realização de uma audiência

1 pública para tratar dessa questão. Os favoráveis a esta decisão, se
2 manifestem: 13 favoráveis; 01 contrário, 0 abstenções. Ainda hoje
3 vamos encaminhar essa decisão para os conselhos e secretarias de
4 saúde, SETI e a todas unidades da UEL. Prof. Leandro – PROPLAN
5 passar a situação financeira da UEL nos próximos C.As. Nada mais
6 havendo para tratar, o Prof. Sérgio Carvalho agradeceu a presença de
7 todos e encerrou a reunião e eu, Sirlei Mariano Ferreira Secretária “ad-
8 hoc”, lavrei esta ata, que após lida e aprovada será assinada por mim
9 e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

10

11 Sérgio Carlos de Carvalho

12 Reitor

13

14 Décio Sabbatini Barbosa

15 Vice-Reitor

16

17 Viviane Bagio Furtoso

18 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

19

20 Paulo Cesar Meletti

21 Diretor do Centro de Ciências Biológicas

22

23 Silvano Cesar da Costa

24 Diretor do Centro de Ciências Exatas

25

26 Tânia Lobo Muniz

27 Diretora do Centro de Estudos Sociais Aplicados

28

29 Airton José Petris

30 Diretor do Centro de Ciências da Saúde

31

32 Rogério Zanetti Gomes

33 Vice-Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

34

35 José Roberto Pinto de Souza

36 Vice-Diretor do Centro de Ciências Agrárias

37

38 Eloísa Rodrigues

39 Vice-Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo

40

41 Leandro Ricardo Altimari

42 Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

43

44 Denilson Porto

45 Representante suplente dos servidores técnicos administrativos

46

47 Amauri Alcindo Alfieri

48 Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

1		
2	Mário Sérgio Mantovani	_____
3	Pró-Reitor de Planejamento	
4		
5	Itamar Rodrigues Nascimento	_____
6	Pró-Reitor de Recursos Humanos	
7		
8	Mara Solange Gomes Dellarozza	_____
9	Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade	
10		
11	Maria Elisa Cestari	_____
12	Pró-Reitora de Graduação em exercício	
13		
14	<u>CONVIDADOS</u>	
15		
16	Neide Zaninelli	_____
17	Diretora da Biblioteca Central	
18		
19	Gilson Bergoc	_____
20	Prefeito do Campus	
21		
22	Helion Leão Lino Júnior	_____
23	Diretor da Clínica Odontológica	
24		
25	Vivian Feijó	_____
26	Diretora do Hospital Universitário	
27		
28		
29		
30		
31		
32		